



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

1 - Na anterior legislatura, deputado(a)s do CDS-PP colocaram um conjunto de questões ao Ministério da Saúde, no sentido de obter uma caracterização mais rigorosa e completa da situação do aborto em Portugal, a saber: as perguntas parlamentares nºs. 4667/XI/1ª, 327/XI/2ª, 1120/XI/2ª, 1456/XI/2ª, 1457/XI/2ª, 1458/XI/2ª, 1459/XI/2ª, 1460/XI/2ª, 1461/XI/2ª, 1462/XI/2ª, 1463/XI/2ª, 1467/XI/2ª, 2997/XI/2ª, 2998/XI/2ª, 2999/XI/2ª, 3000/XI/2ª, 3004/XI/2ª, 3005/XI/2ª, 3006/XI/2ª e 3007/XI/2ª.

2 - Muitas destas perguntas eram a simples repetição de outras anteriores, em razão de ter passado, sem resposta, o prazo regimental de 30 dias. Outras corresponderam ao propósito de clarificar respostas anteriores. As últimas respostas recebidas datam de Março de 2011, pouco antes da dissolução da Assembleia da República.

3 - Houve, todavia, algumas questões que nunca chegaram a ser respondidas pelo Ministério da Saúde, na legislatura anterior, apesar das insistências. Se algumas dessas questões encontraram resposta no último dos relatórios anuais da Direcção-Geral da Saúde (DGS), com data de Março de 2011, outras questões quedaram totalmente por clarificar. E há também questões novas emergentes de respostas obtidas.

4 - O CNECV – Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida realizou uma Conferência, no Porto, em 17 de Maio de 2011, onde foi reportada esta incompletude dos dados disponíveis.

5 - Aproximando-se a data de elaboração e publicação anual do próximo “Relatório dos Registos das Interrupções da Gravidez” (agora com referência ao período de Janeiro a Dezembro de 2011), ao abrigo da Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril, é oportuno retomar as questões que ficaram por esclarecer.

6 - O Ministério da Saúde não forneceu qualquer informação objetiva sobre os custos emergentes para o sistema público de saúde da aplicação da Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril, e sua posterior regulamentação, nomeadamente pelas Portaria n.º 741-A/2007, de 21 de Junho, e Portaria n.º 781-A/2007, de 18 de Julho.

7 – Publicamente, num debate recente, segundo reportou a imprensa, foi referido o número de 100 milhões de euros por ano, mas nada se sabe da credibilidade e consistência desta afirmação.

8 - As perguntas n.ºs 1467/XII/2ª e 2997/XI/2ª (iguais), de deputado(a)s do CDS-PP, nunca foram, pura e simplesmente, respondidas pelo Ministério da Saúde.

9 – E a resposta às anteriores perguntas n.ºs 4667/XI/1ª, 327/XI/2ª e 1120/XI/2ª (iguais), também de deputado(a)s do CDS-PP, remeteu, nesta parte, para as tabelas anexas à Portaria n.º 781-A/2007, de 18 de Julho, em termos que, como é óbvio, são inteiramente indecifráveis.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) e da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 - Na execução da Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril, qual tem sido a despesa para o sistema público de saúde e para os apoios sociais conexos, considerando todos os subsistemas envolvidos?**

**2 – Dispõe o Ministério da Saúde do registo completo destes encargos e, bem assim, da sua discriminação por diferentes linhas de análise?**

**3 - Pode apresentar essa despesa, ano por ano, repartida pelos tipos principais de encargos incorridos?**

- **Pode, nomeadamente, identificar os custos diretos incorridos nos estabelecimentos públicos de saúde e os suportados com abortos executados em clínicas privadas, incluindo a respetiva evolução anual?**

Palácio de São Bento, quinta-feira, 26 de Janeiro de 2012

Deputado(a)s

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO(CDS-PP)

ABEL BAPTISTA(CDS-PP)

ADOLFO MESQUITA NUNES(CDS-PP)

ARTUR RÊGO(CDS-PP)

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA(CDS-PP)

Deputado(a)s

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

JOÃO SERPA OLIVA(CDS-PP)

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)

JOSÉ MANUEL RODRIGUES(CDS-PP)

MARGARIDA NETO(CDS-PP)

RAÚL DE ALMEIDA(CDS-PP)

TERESA ANJINHO(CDS-PP)

VERA RODRIGUES(CDS-PP)